

# Jornal do Professor



**SinproRio**

[www.sinpro-rio.org.br](http://www.sinpro-rio.org.br)

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região  
Ano 55 • nº 224 • Abril a Junho 2014

FILIADO À

contec

CUT BRASIL

FETEERJ

## CAMPANHA SALARIAL 2014

PÁG. 3

### SINDICAL

Cumprindo decisão do 11º Consinpro, Sinpro-Rio realiza Seminário sobre Orçamento Participativo

PÁG. 5

### COPAP

Avaliando o primeiro semestre de 2014

PÁG. 6

### NOTÍCIAS

Sinpro-Rio criará Prêmio Educação e Democracia Professor Affonso Saldanha

PÁG. 7

### ESCOLA DO PROFESSOR

Seminário Dois Temas de Educação Infantil contribui para formação dos(as) professores(as)

PÁG. 10

Veja aqui a versão online do Jornal do Professor:



É só posicionar o celular sobre o QR Code.  
Ou acesse o site [www.sinpro-rio.org.br](http://www.sinpro-rio.org.br)

## FÉRIAS EM JANEIRO

## AGORA É LEI

**LEI ESTADUAL 6.158, DE 09/01/12\***

Lei das Férias em Janeiro: conquista da categoria

PÁG. 8

## EDITORIAL

# 2014: O mundo gira, apesar da Copa, das eleições no Sinpro-Rio e no país

**M**arcada por grandes eventos, a agenda do ano de 2014 continua se apresentando como um desafio para os trabalhadores, particularmente para nós professores(as) da base do Sinpro-Rio, pois teremos, imediatamente após a Copa do Mundo, as eleições no Sinpro-Rio e as gerais para deputados estaduais e federais, governadores e senadores, além da Presidência da República.

E muita coisa tem passado despercebida, há pouco o Conselho de Direitos Humanos da ONU, com sede em Genebra, adotou, por maioria de votos, uma proposta para negociar um tratado que juridicamente sancione as violações de direitos humanos por parte das empresas transnacionais. Logo Estados Unidos e União Europeia (França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, etc.) informaram que não vão cooperar com um grupo de trabalho que será criado para fixar as condições que vão reger a negociação do tratado.

Na América Latina, a nossa verdadeira solidariedade foi expressa com a decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) que aprovou, após reunião em Washington, uma declaração de respaldo à posição da Argentina no caso da reestruturação da sua dívida. O documento não recebeu apoio do Canadá e Estados Unidos. As delegações do Brasil e do Uruguai destacaram-se na elaboração do projeto de declaração em favor da Argentina, demonstrando por onde (os campos) verdadeiramente deve passar a solidariedade latino americana.

No cenário nacional, as candidaturas estão postas. E o governo que busca sua reeleição se desentendeu com parte de sua base “aliada”, enquanto a

oposição, em sua grande maioria, não consegue, mesmo com verniz modernista, se livrar de um viés udenista e assim seguem as composições partidárias que, mais que apoios, revelam os frágeis alicerces de nossa estrutura político-partidária, alvo preferencial das manifestações que tomaram conta das ruas de nosso país em 2013.

No quadro educacional, finalmente foi sancionado pela presidente o Plano Nacional da Educação (PNE) sem vetos. O projeto aumenta para 10% do PIB (Produto Interno Bruto) os gastos

Sempre é importante lembrar que o Sinpro-Rio é responsável por seis Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e três Convenções Coletivas de Trabalho (CCT). Nestes, destacam-se as CCTs da Educação Básica e da Educação Superior, nas quais nos concentramos na defesa das cláusulas pétreas e na manutenção da conquista do ganho real, acrescida na Educação Superior da luta pela regulamentação da pós lato sensu e do EaD. Na Educação Básica, também concentramos nossa luta pelo ganho real e, depois de décadas, tivemos

eventos preparatórios a partir de 2015, todos concentrados no Rio de Janeiro, com maior impacto ainda no cotidiano da cidade. Para que estes eventos não prejudiquem, ainda mais, a saúde do professor (a), suprimindo o mínimo de descanso, que ainda não regulamos, por completo, precisamos iniciar uma discussão séria com a sociedade e as autoridades públicas, sobre um Calendário Escolar Unificado para o estado e a cidade, que possuem compromissos com estes eventos internacionais.

Professor (a), é neste cenário que precisamos reafirmar aqui nossos compromissos históricos com as eleições em nosso Sindicato, o Sinpro-Rio, em 12, 13 e 14 de agosto, e fazer valer nossa força enquanto categoria organizada da classe trabalhadora. Além de participar do pleito nacional em outubro vindouro e conscientemente ajudar a consolidar nossa democracia, firmar o estado de direito e lutar pelo fim das injustiças sociais e da desigualdade em nosso país. Por fim, verifique sua situação cadastral no Sinpro-Rio e aguarde o próximo número do Jornal do Professor, especial eleitoral, para todas as informações sobre o pleito. Por tudo isso, 2014 continua sendo um desafio para nós trabalhadores, pois a mobilização é imperativa, já que nossas lutas não são episódicas nem simples. Elas são permanentes e duras e são o nosso maior patrimônio, por isso é preciso reforçar que não podemos permitir o retrocesso em nossas conquistas, que é preciso resistir e ter o entendimento de que nós professores lutamos contra os golpismos oportunistas de todas as formas, em todas as esferas. Nossa luta é pelo fortalecimento da Educação pública e pela defesa contínua da democracia e justiça social.

A Diretoria.

**“O Sinpro-Rio é responsável por seis Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e três Convenções Coletivas de Trabalho (CCT). Nestes, destacam-se as CCTs da Educação Básica e da Educação Superior, nas quais nos concentramos na defesa das cláusulas pétreas e na manutenção da conquista do ganho real, acrescida na Educação Superior da luta pela regulamentação da pós lato sensu e do EaD.”**

anuais da União, dos estados e dos municípios com ensino público, a partir do décimo ano de vigência da proposta. No texto, está previsto a União complementar com recursos financeiros os orçamentos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que não conseguirem atingir o valor do chamado CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial). Esse custo será calculado levando em conta vários fatores como o salário dos professores, equipamentos em sala de aula e jornada de alunos, para garantir Educação de qualidade.

a conquista de um aumento diferenciado para os pisos salariais da Educação Fundamental 1, primeiro passo na busca pela isonomia salarial dos pisos na Educação Básica.

Reafirmamos nossos compromissos com a saúde e as condições de trabalhos dos professores (as). Nesse sentido, podemos apontar o enfrentamento, a cada ano, no mês de janeiro, pelas férias dos professores (as); fato já reconhecido por mais de 95% das escolas de nossa base. Agora, mesmo com o encerramento da Copa, virão as Olimpíadas e seus



## EXPEDIENTE

**Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região • Sinpro-Rio**

## SEDE CENTRO

Rua Pedro Lessa, 35 • 2º, 3º, 5º e 6º andares  
CEP 20.030-030 • Tel. (21) 3262-3400  
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

## SUBSEDE • CAMPO GRANDE

Rua Manai, 180 • CEP 23.052-220  
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768  
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br

## SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA

Av. das Américas, 5.777 • salas 202 e 208 a 211  
CEP 22.793-080  
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109 • 2497-3710  
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

## SUBSEDE • MADUREIRA

Rua Carolina Machado, 530 • salas 210, 211 e 212  
CEP: 21351-021  
Tels. (21) 3350-6233 • 3350-6255 • 3350-6149  
e-mail: madureira@sinpro-rio.org.br

www.sinpro-rio.org.br

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente**  
Wanderley Júlio Quêdo

**1º vice presidente**  
Antonio Rodrigues

**2º vice presidente**  
Dilson Ribeiro da Silveira

**1º secretário**  
Márcio Fialho de Oliveira

**2º secretário**  
Hélio de Oliveira Maia

**1º tesoureiro**  
Marcelo Pereira

**2º tesoureira**  
Magna Corrêa de Lima Duarte

**Procurador**  
Afonso Celso Teixeira

**Comunicação**  
André Jorge Marinho

**Patrimônio**  
Vera Lúcia S. Da Câmara

**Educação**  
Maria do Céu Carvalho

**Suplentes**  
Rosi Alves Menescal  
Francisco Brossard Correa de Mello  
Hiran Rodol  
Fernando Linhares Gomes Soares

## CONSELHO FISCAL

**Titulares**  
João Paulo Câmara Chaves  
Paulo César Azevedo Ribeiro  
Arnaldo Borba Júnior

**Suplentes**  
Octávio Ferreira Filho  
Suzana Castro de Souza  
Joaquim Pereira Esteves

## FEDERAÇÃO

**Titulares**  
Fernando da Rocha Magno  
Norma Ceribello

**Suplentes**  
Marina Job Vasques de Freitas Espírito Santo  
Terezinha Freitas de Azevedo

## DIRETORES DE ZONAS

**Zonal Centro**  
Celeste Tereza Correia Morgado  
José Carlos Vieira Campos

**Zonal Sul**  
Fernando Antônio da Costa Vieira  
Carlos Henrique de Carvalho Silva

**Zonal Tijuca**  
Valquíria Jorgina Juncken  
Ronaldo Leme Louro

**Zonal Barra/Jacarepaguá**  
Marco Túlio Paolino  
Carla Danielle dos Santos São Bento Pereira

**Zonal Méier**  
Wellington Freitas da Silva  
Alexandro Gomes

**Zonal Central**  
José Clóvis Praxedes de Araujo  
Vânio Marcos Lenzi

**Zonal Oeste**  
Viviane Almeida de Siqueira  
Lucimar Pedreira do Bonfim

**Zonal Leopoldina**  
José Ângelo de Souza Benedito  
Ana Lúcia Guimarães

**Zonal Ilha**  
Âguida V. Cavalcante Silva  
Walter Arazi Neiva

O *Jornal do Professor* é uma publicação do Sinpro-Rio.

É permitida a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que citada a fonte.

Solicita-se também o envio de um exemplar da publicação, para arquivo.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

**Diretor Responsável**  
André Jorge Marinho

**Jornalista**  
Alessandra Novaes (MT RJ 22.321)

**Redação**  
Bianca Argenta

**Colaboração**  
Marcelle Andrade e Emilia Augusto

**Projeto gráfico e diagramação**  
Ana Cantarini

**Impressão**  
Gráfica Mais (Tiragem: 18.000)

# CAMPANHA SALARIAL 2014

## Uma luta árdua e responsável

A luta sindical é feita de muitas disputas e negociações, mas, sem dúvida, a Campanha Salarial é de fulcral importância para qualquer categoria. Ela vai muito além de definir o reajuste salarial anual de uma categoria – o que é importantíssimo, sem dúvida – já que é através dela que também se obtém novos ou mantém direitos alcançados nas disputas de classe, incluídos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), através das negociações intersindicais travadas nas mesas de negociação paritária entre patronato e categoria. Tais direitos não são dados ou naturais, há sempre uma grande pressão por parte do patronato para que eles sejam retirados a cada nova Convenção.

Na Educação Superior, além do reajuste, que ainda está em negociação em 2014, os pontos fulcrais são a EaD (educação a distância) e a Pós-graduação

*lato sensu*. Já na Educação Básica, em 2011, o Sindicato obteve um ganho de 6,75% sobre o piso anterior; em 2012, mais 5,80%; e em 2013, outros 7,35%. Em 2014, o aumento foi de 7,0% para os professores que recebem o piso da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental e de 6,5% para os demais professores da Educação Básica. Os reajustes representam, respectivamente, um ganho real de 1,4% e de quase 1%.

O reajuste foi semelhante ao divulgado pelos Sinpros de diversas outras regiões. No Sinpro Pará, por exemplo, segundo informações do site deles, os docentes da Educação Básica receberam reajuste de 5,38%, acima da inflação do período de março de 2013 a fevereiro de 2014; o percentual de reajuste foi diferenciado, sendo de 6,0%, para os professores que recebem acima do piso da categoria e 7,0% para os docentes que recebem piso salarial da categoria, a par-



Assembleia aprova reajuste salarial da categoria

tir de março de 2014, havendo diferença a ser paga até o dia 05 de agosto do ano em curso. O reajuste no Pará representa um ganho real de 0,62% e 1,62% respectivamente. O Sinpro São Paulo, por sua vez, divulgou que obteve para a categoria neste ano um índice de 6,37%, definido em abril, junto com a nova Convenção Coletiva de Trabalho. Como o reajuste é retroativo a março, data-base da categoria, as diferenças poderão ser pagas com o salário de maio.

De acordo com dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), departamento do IBGE, no ano de 2013, 87% dos reajustes salariais, em 671 unidades de negociação, ficaram acima da inflação medida pelo INPC. Destas, 6% tiveram reajustes abaixo do INPC, 7% reajustes iguais e 87% acima da inflação. Dos que tive-

ram reajustes acima, o ganho real ficou entre 1,01 e 2,0%. Sobre 2014 ainda não há estudos, visto que diversas categorias ainda estão em negociação.

A Educação Superior no Rio de Janeiro encontrou uma conjuntura mais complexa, especialmente depois da CPI da Educação Superior Privada. As negociações ainda estão ocorrendo e foi aprovada, na assembleia de 5 de abril, uma pauta que inclui: 1 – Reajuste salarial com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) completo, acrescido de ganho real de 2%; 2 – Manutenção das cláusulas sociais pré-existentes, constantes da CCT 2013; 3 – Contribuição Assistencial; 4 – Acréscimo de novas cláusulas sobre a Pós-graduação e EaD. Acompanhe, pelo portal do Sinpro-Rio, o desenrolar das paritárias neste segmento e participe das futuras assembleias da categoria.



Fotos: Alessandra Novaes

Mesa da assembleia da Educação Básica em 31 de maio

## Acordos da Campanha Salarial assinados

Veja os reajustes e os novos pisos em alguns dos Acordos já finalizados

### IBEU

- manutenção de todas as cláusulas sociais;
- reajuste de 7,22% no salário de 1º de abril de 2013;
- reajuste de 5,62% no salário de 1º de abril de 2014;
- pisos em 1º de abril de 2013: Nível "A" - R\$ 25,14 por hora - aula; Nível "B" - R\$ 30,26 por hora - aula; Nível "1" - R\$ 35,35 por hora - aula; Nível "2" - R\$ 39,92 por hora - aula; Nível "3" - R\$ 45,16 por hora - aula; e Nível "4" - R\$ 54,23 por hora - aula;
- pisos em 1º de abril de 2014: Nível "A" - R\$ 26,69 por hora - aula; Nível "B" - R\$ 32,12 por hora - aula; Nível "1" - R\$ 37,52 por hora - aula; Nível "2" - R\$ 42,38 por hora - aula;

- Nível "3" - R\$ 47,94 por hora - aula; e Nível "4" - R\$ 57,57 por hora - aula.
- auxílio-refeição reajustado em abril de 2013 para R\$ 20,00 (vinte reais) por ticket.
- auxílio refeição reajustado em junho de 2014 para R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por ticket.

### SESI

- manutenção de todas as cláusulas sociais;
- reajuste de 7%;
- piso da Educação Básica no 1º segmento de R\$1.504,65, sendo R\$1.289,70 de salário + R\$214,95 referente ao repouso remunerado;
- auxílio-refeição reajustado para R\$ 28,00 (vinte e oito reais) por ticket.

### CULTURA INGLESA

- manutenção de todas as cláusulas sociais;
- reajuste de 7,35% no salário de 1º de abril de 2013;
- pisos em 1º de abril de 2013: Nível A - 22,25, Nível B - 25,80, Nível 1 - 28,43, Nível 2 - 32,92, Nível 3 - 36,25, Nível 4 - 40,02, Nível 5 - 44,14, Nível 6 - 48,62;
- auxílio-refeição reajustado em abril de 2013 para R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ticket.

### ALIANÇA FRANCESA

- manutenção de todas as cláusulas sociais;
- reajuste de 6,8% (seis vírgula oito por cento) no salário a partir de 1º de abril de 2014;
- a partir de 1º de abril de 2014, os salários adotarão os seguintes valores: Categoria "A" - R\$ 33,17 por hora; Categoria "B" - R\$ 36,42 por hora; Categoria "C" - R\$ 41,46 por hora; Categoria "D" - R\$ 42,06 por hora.

**SINPRO-RIO EM DEFESA DA SAÚDE DO PROFESSOR**

A CAMPANHA DA VOZ ESTÁ VOLTANDO. AGUARDE.



Campanha da Voz

# NOTÍCIAS

## Sinpro-Rio realiza manifestação por equiparação salarial e melhores condições de trabalho e saúde



Diretores após o Ato Público

No dia 16 de maio, o Sinpro-Rio mobilizou os professores da rede particular para a luta pela equiparação salarial e melhores condições de trabalho e saúde no calçadão de Madureira. Os outros atos previstos foram adiados por problemas climáticos.

Durante o ato público, foram feitas denúncias sobre a penosa realidade da

categoria, que enfrenta salas de aulas lotadas, assédio moral, Síndrome de Burnout e a negociação com o patronato na Campanha Salarial de 2014. A manifestação contou com a presença da Diretoria do Sinpro-Rio.

O Sindicato, junto com os professores da rede particular de Madureira e adjacências, denunciou as péssimas condições de trabalho e divulgou a lu-

ta pelo direito à equiparação salarial. Durante a manifestação, foram distribuídos panfletos dirigidos à sociedade, denunciando, entre outros, o baixo piso salarial na Educação Infantil, que é de R\$ 9,89 por hora-aula.

Além disso, os professores alertaram aos trabalhadores que a escola particular - que eles pagam para seus filhos - pode não ter a qualidade que é propa-

gada na mídia. O Sinpro-Rio, durante a campanha salarial, tem levantado a seguinte bandeira: “Equiparação Salarial já! Da Educação Infantil ao Ensino Médio: Piso único”.

Para o Sinpro-Rio, essa mobilização que aconteceu em Madureira é importante para o esclarecimento da sociedade sobre as reais condições de trabalho do professor e a precariedade de muitas escolas.



Diretora Ana Lúcia aborda pedestres

## Sindicato tem audiência com Vice-Presidência do TRT-RJ

O Sinpro-Rio participou, no dia 28 de maio, de uma reunião com a vice-presidente do TRT/RJ, desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos. Na ocasião, o presidente do Sindicato, professor Wanderley Quêdo, apresentou à desembargadora a problemática dos professores dispensados do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade) e Universidade Gama Filho (UGF).

O sindicalista fez um relato sucinto do sofrimento desses professores, há meses sem receber seus salários e com aviso prévio desde de abril, mas sem perspectiva de receberem suas verbas rescisórias, visto que até o momento o grupo Galileu Educacional não agendou as homologações no Sindicato.

Wanderley também destacou, durante a reunião, o significativo volume de processos trabalhistas, em tramitação nas diversas Varas da Justiça Trabalhista, envolvendo o grupo Galileu. Ele solicitou também que a Vice-Presidência analisasse um procedimento que pudessem agilizar os andamentos processuais.

Além do presidente do Sinpro-Rio, participaram da reunião os diretores Marcio Fialho; Francisco Brossard, que também é representante da Associação Docente da Gama Filho; Ricardo Oliveira, representante da Associação dos professores da UniverCidade; o também diretor do Sindicato, Fernando Linhares; além do deputado estadual Paulo Ramos, responsável pelo andamento da reunião.



Diretores com vice-presidente do TRT-RJ

## Agenda do Professor: Uma combinação entre direitos do Professor e incentivo à cultura

A agenda do Sinpro-Rio todo ano traz um tema que ilustra o seu conteúdo, sempre abordando marcos históricos de lutas no Brasil. Para todo conteúdo da agenda é realizada uma pesquisa que a transforma não somente em um trabalho científico, mas em um verdadeiro documento histórico.

A Agenda do Professor ultrapassa a definição de serventia de uma agenda – caderneta destinada a anotar – pois agrega outros objetivos, valores e usos, dando-lhe, com isso, um novo significado.

Nesses últimos anos, o Sinpro-Rio buscou dar um caráter didático ao conteúdo da Agenda do Professor. Nela foram apresentados, em seus respectivos temas, educadores, pensadores, artistas e acontecimentos históricos que influenciaram os movimentos dos trabalhadores e a educação no Brasil.

Além da proposta cultural e política, as agendas trazem informações úteis aos professores, como o capítulo especial com os Direitos do Professor.

A agenda de 2012 apresentou doze telas de pintores brasileiros, dos séculos XIX e XX, que ilustraram o tema “A Representação do Cotidiano dos Trabalhadores Brasileiros na Pintura Nacional”.

Já a versão de 2013 homenageou aqueles que expressaram nas artes suas reflexões, indignação ou solidariedade com os trabalhadores brasileiros. Doze peças teatrais de teatrólogos brasileiros ilustraram o tema “A Voz e a Luta do Trabalhador Brasileiro Sob as Luzes da Ribalta Nacional”.

Em 2014, a Agenda do Professor homenageou doze cineastas que, com sua arte, expressaram sua visão de mundo, perplexidade e indignação diante do Golpe Militar de 1964 – que completou 50 anos em 2014 – bem como do regime militar que o seguiu, por longos vinte e um anos. Os doze filmes abordavam amplos aspectos do cotidiano do brasileiro, afetado diretamente pelo regime, ilustrando o tema “A resistência e a luta do trabalhador brasileiro sob o tacão da ditadura militar”.

## SINDICAL

OP começa a sair do papel e tornar-se realidade no Sindicato

## Cumprindo decisão do 11º Consinpro, Sinpro-Rio realiza Seminário sobre Orçamento Participativo



O Sinpro-Rio realizou no dia 28 de abril, em seu auditório, o Seminário sobre Orçamento Participativo no âmbito sindical. O evento contou com palestras de Raul Pont, professor, deputado estadual do Rio Grande do Sul e ex-prefeito de Porto Alegre; e de Robson Leite, professor universitário, funcionário da Petrobrás e ex-deputado estadual do Rio de Janeiro; e foi mediado pelo professor André Jorge Marinho, diretor de Comunicação do Sinpro-Rio.

A proposta do Sindicato ao debater e criar o Orçamento Participativo (OP) é recuperar a importância estratégica na

definição orçamentária e construir mecanismos de empoderamento da categoria, incentivando a participação e envolvimento necessários no fortalecimento da luta dos trabalhadores em educação. O Sinpro-Rio defende o empoderamento democrático e a construção dos valores republicanos como essenciais a uma nova cultura político-sindical.

O OP nasceu de uma experiência profundamente democrática nas prefeituras brasileiras, em especial a de Porto Alegre, que gestou uma nova forma de envolver os diversos atores sociais na definição dos rumos da cidade, servindo de exemplo para diversos municípios em várias partes do mundo. Uma das suas principais marcas foi a de incorporar o cidadão nas decisões de sua cidade, dando-lhe a oportunidade de conhecer as receitas e despesas e de participar da distribuição destes recursos.

Muitas vezes, as entidades sindicais lutam por mudanças importantes na estrutura econômica, política, social e cultural do Brasil. No entanto, em grande parte, não envolvem a categoria na

democratização das suas próprias políticas internas. Os Sindicatos precisam se tornar espaços democráticos, amplos e com capacidade de diálogo com a sociedade, desenvolvendo nas suas estruturas as transformações políticas que buscam atingir na sociedade. O Sindicato entende que precisa ser uma escola do socialismo.

Para garantir o estabelecimento de uma nova cultura política entre o Sinpro-Rio e a categoria, fortalecendo a participação da categoria nas políticas da entidade e na luta por um outro modelo de sociedade. Para isso, precisamos or-

ganizar as prioridades orçamentárias, intensificando a participação da categoria nos rumos da entidade e nos espaços de democratização da informação. Com isso, faremos do Sindicato dos Professores uma escola teórica e prática do socialismo participativo.

Para tanto, definimos 7 etapas para implementação do OP, conforme aprovado no 11º Consinpro. Já realizamos as primeiras etapas (cronograma, a definição da metodologia e início aos seminários). Acompanhe o calendário no portal [www.sinpro-rio.org.br](http://www.sinpro-rio.org.br) e veja mais informações.



Arrecadação Sindical: uma necessidade para financiar as lutas da categoria

## Compreenda como se organiza a arrecadação do Sindicato

A arrecadação sindical, espontânea ou compulsória, está prevista nos artigos 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e é a responsável por financiar as formas de luta de categoria, como campanhas salariais, além de viabilizar a estrutura da máquina sindical, possibilitando aos sindicatos oferecerem assessoria jurídica através de seus departamentos jurídicos.

Segundo explica o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) em seu site, a contribuição sindical possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de abril de cada ano. O art. 8º, IV, *in fine*, da Constituição da República, também prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato. Tal contribuição deve ser dis-

tribuída, na forma da lei, aos sindicatos, federações, confederações e à “Conta Especial Emprego e Salário”, administrada pelo MTE. O objetivo da cobrança é o custeio das atividades sindicais e os valores destinados à “Conta Especial Emprego e Salário” integram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Sinpro-Rio, especificamente, possui três fontes diretas de arrecadação. A primeira dispõe do imposto sindical, que é também chamado de contribuição sindical urbana, no qual arrecada 1/30 do salário do professor, uma vez por ano, no mês de março, sendo que somente 60% desse dinheiro volta para o sindicato. Recebe também a contribuição assistencial, cujo valor é de 3% uma vez por ano, toda vez que os acordos coletivos são fechados, tendo o docente o prazo de 20 dias de oposição, para que ele não permita o desconto. A outra é a mensalidade social, que pode ser via desconto em folha, quando o professor autoriza, ou através de boleto bancário que é enviado para a residência.

A arrecadação do Sindicato é empregada, basicamente, nas despesas de custeio da máquina, que são folha de pagamento de funcionários, ajuda de custo pelo trabalho sindical aos diretores, manutenção do funcionamento das quatro sedes, campanha salarial, confecção de jornal, agendas, impressos, convenções e acordos e cursos oferecidos na Escola do Professor.

De 1992 a 2001, segundo dados de uma Pesquisa sobre Sindicatos no Brasil, feita pelo IBGE, a expansão da rede privada de ensino, aliada ao desdobramento de municípios, provocou o aumento do número de sindicatos das categorias de “trabalhadores em estabelecimentos de ensino da rede privada”. Ela cresceu a uma taxa média anual de 6,3%, tendo sido responsável por um acréscimo de 1% no total de sindicatos de trabalhadores. No entanto, diversos estabelecimentos de ensino, apesar de descontarem as mensalidades dos sindicatos nos contrache-

ques, não as repassam ao Sindicato, causando problemas na arrecadação. Não tendo formas de custear, reduz-se a capacidade de visitar as escolas, fazer mais cursos e de manter a estrutura do Sindicato funcionando perfeitamente. De acordo com o secretário-geral, professor Marcio Fialho, 40% das escolas não repassam aquilo que é devido ao Sinpro-Rio: “Isso é um número considerável, causa um impacto significativo nas contas do Sindicato, que acaba tirando dinheiro das suas reservas para, de alguma maneira, suprir esse ‘calote’ que as escolas fazem”, avaliou. Ele acredita que a política de arrecadação do Sinpro-Rio é lenta e compara: “se você, hoje, fica devendo o seu cartão de crédito, em 15 dias você é cobrado. A gente leva muitos meses para cobrar, não tem uma cobrança efetiva. Contratamos uma empresa para fazer isso, mas o mecanismo ainda não está funcionando perfeitamente como se idealizou”, finalizou.

## COPAP

## AVALIANDO O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

A Comissão de Professores Aposentados e Pensionistas do Sinpro-Rio teve um semestre bem movimentado com atividades programadas para atender aos diversos interesses de seus frequentadores.

Aconteceram ...

## Palestras

- Teatro Grego: Maria da Conceição Vaz Lino de Souza.
- Ciranda Poética: Laura Esteves
- Os Sentimentos e a Depressão: Andrea Matheus Caldeira e Paola Ananquim.
- Filosofia: Ética, Educação e Saúde: Antonio Bonifácio.
- Mídia Comercial como Partido Político: Henri Figueiredo.
- Música de Protesto/Protesto na Música: Moacyr Barreto da Silva Júnior.
- “Trocando Ideias”: oportunidade específica para participantes discutirem e expressarem seus pontos de vista sobre os mais variados assuntos.



Fotos: Arquivo Sinpro-Rio

## Visitas

- Câmara Municipal dos Vereadores, seguida de palestra: Vereador Reimont.
- Forte de Copacabana, seguida de almoço.

## Encontro musical

- Projeto “Tempo de Saudade”, sempre na terceira quarta-feira do mês, com aproximadamente sessenta participantes por audição.

## Viagem

- COPAP NA ESTRADA: a viagem do semestre foi Curitiba, durante os feriados de abril. Dela participaram vinte e sete pessoas, entre professores e familiares, que tiveram a oportunidade de conhecer os pontos turísticos de Curitiba, na cidade histórica da Lapa, a Ilha do Mel, a Vila Velha, a Colônia Witmarsum, a Estrada de Ferro Paranaguá/Curitiba, as cidades litorâneas de Morretes e Antonina, sempre saboreando os pratos típicos locais.

## Boletim do Professor

Em maio, na publicação do Sinpro-Rio “Boletim do Professor” foi abordado um assunto bastante discutido entre os professores que é aposentadoria e desaposentação. As dúvidas são frequentes e, na intenção de elucidá-las, o boletim da COPAP foi lançado com questões levantadas por nossa Assessoria Jurídica especializada no assunto, Davidovich Advogados Associados.



## FAAPERJ e COBAP

- A Copap participa, através de suas representações, de reuniões e congressos da FAAPERJ (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro) e da COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas) pressionando os representantes do Poder Público no sentido de melhoria das condições econômicas daqueles que recebem proventos oriundos de aposentadoria do INSS.

## Fechamento do Semestre

Uma animada FESTA JUNINA encerrou o semestre com trinta pares dançando a quadrilha. No transcorrer do festejo foram servidas comidas típicas enquanto as pessoas se confraternizavam.

As fotos nesta página mostram momentos da festa.

## Segundo semestre de 2014

O folder da programação da Copap seguirá encartado no Guia de Programação da Escola do Professor, que é enviado através dos Correios para todos os sindicalizados.



## NOTÍCIAS

Uma entidade reconhecida pela luta

## Sinpro-Rio recebeu, em 3 anos, importantes prêmios pelas lutas da categoria

**A**o longo desta gestão, o Sinpro-Rio teve a honra de receber homenagens que destacam o seu papel na incansável luta pela Educação e por melhores condições de trabalho de professores e professoras.

O Sinpro-Rio foi eleito Instituição Educacional 2012 no prêmio “Personalidade Educacional 2012”, promovido pela parceria entre a Associação Brasileira de Educação (ABE), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelo jornal Folha Dirigida.

A escolha ocorreu em votação secreta e direta, realizada por um colégio eleitoral formado por cerca de 6 mil representantes das áreas de Educação e Cultura.

O prêmio foi entregue ao presidente do Sinpro-Rio, professor Wanderley Quêdo, que representou a entidade e salientou a importância do reconhecimento

conferido pela homenagem, destacando a luta contínua dos trabalhadores pela Educação de qualidade para todos: “Neste momento, há diversas instituições que não pagam os salários aos seus professores. O Plano Nacional de Educação (PNE) só agora foi para o Senado, isso faz com que estejamos há mais de dois anos sem um planejamento efetivo para a Educação. Tudo isso é muito preocupante”, salientou ele, em 2012.

Já em 2013, em Sessão Solene promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) na Caraj, o presidente do Sindicato, Wanderley Quêdo, recebeu uma Moção especial e foi conferida a ele a mais importante comenda do estado do Rio de Janeiro, a Medalha Tiradentes, em virtude do seu trabalho e pela prestação de serviços relevantes à causa pública.

Na mesma solenidade, a professora Mariza Muniz, colaboradora do Sinpro-

-Rio, também recebeu uma homenagem pela dedicação com a Educação. Entidades como Adoci, ADGE, AdCastelo também foram homenageadas.

Na ocasião, o presidente Wanderley Quêdo lembrou a importância da luta dos professores e do então deputado Robson Leite durante a CPI da Educação Superior Privada, e reafirmou a proposta de se levar essa CPI para âmbito nacional para investigar tanto a educação pública quanto a privada: “É um erro a CPI ser só da Educação privada, porque é errado pensar que está tudo certo nas universidades públicas brasileiras, basta olhar para as fundações privadas dentro das universidades públicas. A nossa luta é grande. Se a gente não fizer isso, não vai a lugar nenhum. Se a gente vem aqui discutir é porque pode dar certo, e a gente tem que dar certo porque é o futuro desse país que está em jogo, mais do que o meu emprego”, enfatizou.

## CUT: rumo à Plenária Nacional

“Organizar, lutar e avançar nas conquistas” será o tema da 14ª Plenária da CUT, que acontecerá em São Paulo, entre os dias 28 de julho e 1º de agosto de 2014.

Já foram realizadas as plenárias estaduais e agora será a vez da plenária nacional.

Segundo o Estatuto da CUT, as plenárias nacional e estaduais são órgãos de decisão da entidade que reúnem representantes de suas instâncias, desde as entidades sindicais filiadas até sua Direção Nacional.

Compete às plenárias estaduais e nacional:

a) garantir a aplicação da linha política e do plano de lutas aprovado pelos congressos regional, estadual e nacional, respectivamente, bem como aprovar políticas específicas no período compreendido entre um congresso e outro;

b) proceder a recomposição das direções das instâncias da CUT, horizontais e verticais, nos casos de vacância;

c) deliberar sobre alterações estatutárias, desde que com autorização aprovada para esse fim pelo Congresso Nacional anterior;

d) deliberar sobre prorrogação de mandato das Direções Estaduais e Nacional da CUT.

A agenda das Plenárias também abrange um espaço para análise da conjuntura e dos desafios para a classe trabalhadora, debate sobre o projeto político-organizativo da Central e a escolha dos(as) delegados(as) para a Plenária Nacional.

## Sinpro-Rio criará Prêmio Educação e Democracia Professor Affonso Saldanha

Não podemos perder a nossa memória!

**N**o segundo semestre de 2014, a diretoria do Sinpro-Rio criará o prêmio Educação e Democracia Professor Affonso Saldanha. O objetivo é valorizar a luta pela educação e pela democracia, além de recuperar a importância histórica dos que estiveram envolvidos com esses princípios em nosso país. Não podemos permitir que um passado tão recente da história do Brasil possa ser esquecido, principalmente para as futuras gerações. Na primeira premiação, queremos resgatar a memória dos trabalhadores, em especial dos professores, que lutaram contra a ditadura civil-militar e tiveram seus direitos políticos e civis privados pelo regime. Lembraremos dos militantes que mesmo demitidos de seus empregos e afastados de seus cargos não deixaram de fazer da luta pela democracia e pela educação o mote de sua existência, mesmo que isso lhes custasse a própria vida.

Entre esses, os militantes do Sinpro-

-Rio que tiveram uma atuação significativa entre as décadas de 50 a 80 e constam na publicação “Atos Institucionais: sanções políticas” da Câmara dos Deputados Federais. Trata-se de uma lista dolorosa, cuidadosa e pacientemente organizada pelo então Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, Paulo Afonso Martins de Oliveira, que recortava os atos punitivos, um por um, à medida que eram publicados no Diário Oficial da União. Foram centenas de decretos e medidas editados pelos chefes militares no período de 1964 a 1978, quando o regime implantado e mantido pela força regulava a vida e o destino dos cidadãos. Cada ato era metodicamente recortado e copiado. Uma cópia ficava com Paulo Afonso e a outra era encaminhada à Biblioteca da Câmara, para ser arquivada. Através dessa minuciosa pesquisa pudemos resgatar os nomes de nossos ex-diretores que foram formalmente atingidos pelo regime militar que assolou o Brasil.

### Biografia do professor Affonso Saldanha

O professor de História, Affonso Henrique Martins Saldanha (PE), foi presidente do Sindicato dos Professores da cidade do Rio de Janeiro por dois mandatos entre 67/69 e reeleito 69/71, sendo cassado no segundo mandato após a implementação do AI-5 (Ato Institucional nº 5), antes mesmo de tomar posse. Em 24 de maio de 1972, foi aposentado compulsoriamente do cargo de inspetor de ensino do MEC e morto em 08 de dezembro de 1974 em decorrência das torturas sofridas durante sua prisão. Era um militante destacado das bandeiras comunistas no movimento docente.



facebook  
Sinpro-Rio



twitter  
@sinprorio

## ENTREVISTA

# Lei das Férias em Janeiro: conquista da categoria

“O professor trabalha hoje em excesso. É uma das profissões penosas que possuem dolo físico e mental ao longo das suas atividades; isso é uma questão comprovada pela Organização Mundial de Saúde. Tanto é que, em qualquer lugar do mundo, o professor possui um tratamento especial para aposentadoria”, afirmou o presidente do Sindicato, professor Wanderley Quêdo.

Nesta entrevista, ele fala da vitória obtida através da Lei das Férias em Janeiro e de todo o trabalho que foi desenvolvido para se chegar até ela.

**JORNAL DO PROFESSOR: O QUE MOTIVOU O SINDICATO A LUTAR POR UM CALENDÁRIO UNIFICADO, QUE INCLUÍA A LUTA PELAS FÉRIAS EM JANEIRO? A INTENÇÃO INICIAL ERA DE UM PLANO MAIS AMPLO, CERTO?**

**Wanderley Quêdo** - Sim, inicialmente a nossa proposta, que ainda permanece de pé, era pela confecção e unificação de um calendário para a cidade do Rio de Janeiro, um calendário escolar que envolvesse a rede pública, federal, estadual e municipal, e toda a rede privada do município. Mas a luta se transformou em uma bela campanha. Essa demanda da categoria cresceu, ganhou a sociedade através de muito trabalho nosso, inclusive de mídia, explicando para a população os benefícios que essa unificação traria, não só para a categoria de professores, mas para a cidade do Rio de Janeiro. Uma cidade que tem uma década de eventos, uma década de muitas atividades e, por meio de falha de gestão pública, esses eventos possuem calendários episódicos, calendários que não são simultâneos, que são decididos em cima da hora, no improviso, que têm causado transtornos para a cidade e para a população de modo geral, mas principalmente para os trabalhadores, que veem uma falta de orientação do órgão e daqueles que deveriam ter uma responsabilidade pública. Por isso partimos para essa proposta, juntando várias demandas represadas de muitos anos dos professores que possuíam, e que possuem ainda, em termos de recesso, uma diversidade grande de calendários que não batem em sua maioria, o que faz com que trabalhem intermitentemente ao longo do ano.

**E COMO VOCÊ AVALIA A CONQUISTA?**

A conquista foi o primeiro passo. Ela foi fenomenal; para nós será sempre uma conquista emblemática, histórica, porque nós conseguimos não só para o município do Rio de Janeiro, mas conse-



Wanderley Quêdo, presidente do Sinpro-Rio

guimos também o apoio dos parlamentares na Assembleia Legislativa e do governador, que sancionou a Lei e entendeu a demanda, a necessidade e a justiça de todas essas reivindicações, e estendeu para o estado do Rio de Janeiro, o que foi um bônus maravilhoso para a categoria como um todo.

**OUTRAS LUTAS AINDA VIRÃO À TONA RELACIONADAS AO CALENDÁRIO?**

Sim, o recesso escolar em julho, porque é quando ocorre a maioria das atividades dessa cidade. Na rede pública, de certa forma, em cima da hora, no improviso, haverá algum tipo de decreto, de ponto facultativo. Mesmo assim, as soluções que são dadas no nível municipal não são exatamente as mesmas do estadual e muito menos as do federal. Então, mesmo no nível público, temos diversidade de comportamentos e de orientações. Isso significa que a cidade, mais uma vez, além de não ter um plano piloto, também não tem um projeto piloto para os calendários dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores, principalmente em relação à educação e à questão do transporte.

**O PROJETO RECEBEU MAIS APOIO OU REJEIÇÃO DOS PARLAMENTARES?**

O projeto recebeu, de modo geral, apoio integral dos parlamentares. Na hora das votações, surgiram os interesses partidários, orientações partidárias; surgiram outras interferências que modificam muitas vezes os votos de bancadas. Mas, de modo geral, a legitimidade da proposta, da reivindicação, não foi negada por ninguém.

**QUAIS BENEFÍCIOS A SIMULTANEIDADE E A INTEGRALIDADE DAS FÉRIAS EM JANEIRO TRAZEM PARA OS PROFESSORES E PRINCIPALMENTE PARA A SOCIEDADE?**

O benefício para os professores especificamente é o benefício da sua saúde, porque o professor trabalha hoje em excesso, como todos os trabalhadores, mas é uma das profissões penosas que possuem dolo físico e mental ao longo das suas atividades; isso é uma questão comprovada pela Organização Mundial de Saúde. Tanto é que, em qualquer lugar do mundo, o professor possui um tratamento especial para aposentadoria, porque ele lida principalmente com emoções, com questões sociais, com questões ligadas ao ser humano, decisões de tensionamento social. Todas as questões que a sociedade vive e experimenta: a violência, a dificuldade com as autoridades, a dificuldade de organização, o nível de agressividade, o nível de mercantilização, de consumismo, tudo isso acaba dentro da escola. E esse profissional é, acima de tudo, um educador, e como tal, ele sofre essas pressões e tem uma profissão, portanto, penosa, que a partir dos 10 anos, causa danos que, muitas vezes, se tornam permanentes no campo emocional. E quando ele não tem as férias de janeiro unificadas e nem o recesso de julho unificado, ele corre o risco da escola “A” colocar o recesso de julho, por exemplo, na primeira e na segunda semanas, a escola “B” colocar na segunda e na terceira semanas e a escola “C” na terceira e na quarta semanas. E se ele trabalha em três escolas, ele vai trabalhar o mês inteiro, o que significa que não terá nenhuma semana efetivamente

de recesso, de descanso mental e físico; o mesmo ocorrendo em janeiro. E isso, é claro, explode nas grandes ausências de professores por motivos médicos, principalmente no segundo semestre, tanto na rede pública quanto na privada, e o afastamento de milhares de professores por questão de saúde mental, aqui no Brasil e no mundo.

**O ENTÃO DEPUTADO ROBSON LEITE FISCALIZOU VÁRIAS ESCOLAS E TAMBÉM, SEGUNDO ELE, REALIZOU UM TRABALHO PREVENTIVO DE ESCLARECIMENTO SOBRE A LEI DAS FÉRIAS EM JANEIRO. QUAIS BENEFÍCIOS VOCÊ ACREDITA QUE ESSE TIPO DE TRABALHO POSSA TRAZER, A LONGO PRAZO?**

O trabalho da Alerj é fundamental, faz parte do seu *modus operandi*, das suas obrigações sociais, porque é uma lei estadual sancionada pelo governador. Não se trata de um acordo coletivo ou de uma lei municipal, é uma lei estadual e cabe à Casa Legislativa que a produziu apoiar a sua fiscalização e a sua efetividade de cumprimento. E todos aqueles que transgredirem têm que ser punidos, não podem desobedecer a uma legislação dessa natureza. Então acho fundamental esse papel, principalmente dos autores da Lei, que têm todo o nosso apoio e nosso carinho. Estamos juntos nessa vigilância.

É importante ressaltar também que muitas pessoas colocam questões equivocadas com relação à Lei, principalmente no que tange à questão das creches e da Educação Infantil. O Sindicato dos professores e a lei não proíbem que as creches e a Educação Infantil de zero a 3 anos funcionem em janeiro. O que colocamos, junto com o Fórum Estadual de Educação, é que o professor, o educador, dentro desse segmento da Educação, também tem que ter o seu recesso. A creche, desde 1996, deixou de ser um lugar de cuidar apenas. Ela passou a ser um lugar de cuidar e educar. O que estamos colocando é que, em janeiro, não tem que “educar”, só tem que “cuidar”. Então as creches podem funcionar em janeiro, desde que o professor esteja de férias. Educar é de fevereiro a dezembro; janeiro é férias do professor; ele não é recreador. Então é essa a única diferença, as creches podem funcionar 12 meses por ano cuidando; mas em janeiro é um serviço disponível para aquele pai que não consegue tirar férias concomitantemente com os filhos e que precisa de um lugar que cuide do seu filho. Mas, como em qualquer outro segmento da Educação, é a partir de fevereiro que serão retomadas as aulas.

## ENTREVISTA

# Uma longa jornada até se tornar Lei

“A sociedade tem um ganho muito grande com a Lei, sobretudo pela melhoria da qualidade da Educação. E um outro elemento: os pais que têm filhos em mais de uma escola conseguem programar melhor as suas férias, porque os filhos vão voltar no mesmo período, eles podem ter certeza que de 1º a 31 de janeiro eles não voltarão às aulas”, afirmou Robson Leite. Durante seu mandato na Alerj, o então deputado estadual foi incansável na luta pela aprovação da Lei.

Após, ele acompanhou o cumprimento dela. E é sobre a mudança que a Lei provocou e ele acompanhou, enquanto deputado, que ele fala nesta entrevista.

## JORNAL DO PROFESSOR: COMO COMEÇOU SEU ENVOLVIMENTO COM A LEI DAS FÉRIAS EM JANEIRO?

**Ex-deputado Robson Leite** - É importante reconhecer que a Lei das Férias foi uma iniciativa do então deputado estadual Alessandro Molon (PT), grande parlamentar, que fez um belíssimo trabalho. A Lei foi vetada na legislatura passada, pela antiga Secretaria de Educação, com alguns argumentos dos quais discordamos. Acharmos que foi um erro do governo do Estado vetar a Lei, tanto que votamos contra o veto do governador e a favor do projeto, mas fomos derrotados no Plenário. A partir de então, com uma nova Secretaria de Educação, iniciamos um processo de negociação e de conversas, no qual tentamos entender quais eram as limitações.

Uma das questões colocadas foi que a lei precisava falar em férias escolares e não em férias trabalhistas, porque as férias trabalhistas são da competência do Congresso Nacional e, evidentemente, modificamos a Lei. A própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já define o que são férias escolares; ela contempla também o professor e seu artigo 322 especifica que as férias escolares também são férias para o professor e que ele só pode ir para a escola para aplicar exames. Então, em função disso, fizemos essa modificação, evidentemente com todo o envolvimento do Sindicato na figura do seu presidente, o professor Wanderley Quêdo, que nos ajudou em todo processo. Negociamos durante o ano inteiro, foi muito difícil. O governo do Estado continuava colocando barreiras à aprovação do Projeto de Lei. Colocou a questão da necessidade de interrupção do período letivo, ou por greve ou catástrofe e colocamos essa exceção na Lei, também combinando com o Sindicato dos Professores; mas de alguns elementos não abrimos mão, como, por exemplo, o caso das escolas estrangeiras que funcionam aqui no Rio de Janeiro: entendemos que se funciona aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, tem que se adequar às leis do Brasil e do Rio de Janeiro.

Aprovamos com grande custo, com muita luta, e dessa vez o governo do Estado entendeu a importância do Projeto para o professor. Coordenamos todo o



O então deputado Robson Leite

Foto: Alessandra Novaes

processo de discussão com o governo, inclusive trazendo outros deputados para assinar a Lei, envolvendo também o segmento do Ensino Privado, para finalmente termos no Rio de Janeiro, o primeiro Estado do Brasil, a Lei das Férias Escolares em Janeiro, de 1 a 31, garantido por uma lei estadual.

## A LEI É RECENTE. COMO FOI A ACEITAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR?

Por incrível que pareça, apesar de números consideráveis de rejeições à Lei, considero que ela foi bem aceita, inclusive por alguns diretores de escolas. Agora, evidentemente, há um grupo de escolas - que lamentamos profundamente - que continuaram afrontando a Lei, não compreendendo que a Lei beneficia a Educação, e não apenas o professor; afinal, dando a ele o direito das férias integrais em janeiro, melhora a qualidade da Educação e melhora a qualidade do instrumento pedagógico daquela escola. Se a escola não quer cumprir a lei, ela não está zelando pela qualidade, e fica então um questionamento aos pais. Recebemos denúncias na Alerj por parte dos pais, inclusive. Professor não é recreador. Se a escola quer ter colônia de férias - e é legal que tenha - contrate recreadores para isso, não professor que trabalha o ano todo e já está envolvido por todo esse desgaste.

## NO INÍCIO, VOCÊS RECEBERAM MUITAS DENÚNCIAS?

Mais de duzentas denúncias, inclusive de escolas onde direções obrigaram os professores a assinarem cartas dizendo que o professor fazia questão de trabalhar em janeiro; se não assinassem, eles seriam demitidos. Visitamos as escolas. A visita foi muito frutuosa, porque fez com que algumas escolas revissem a posição e mudassem de posicionamento. Outras insistiram, usando argumentos de que não era competência do poder estadual regular isso, por-

que a lei trabalhista das férias é uma lei federal. E é claro, isso é um argumento falho e equivocado, juridicamente falando: temos o parecer de outros advogados, a própria Procuradoria-Geral do Estado deu parecer favorável à Lei, não estamos regulando as férias trabalhistas, mas sim as férias escolares, que evidentemente dialoga com a CLT e define o que são férias escolares, colocando o professor em recesso nesse período.

## A JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELOS DONOS DAS ESCOLAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO ERA O DESCONHECIMENTO?

Boa parte alegava desconhecimento. Chamamos atenção inclusive que era importante que a escola tivesse um Departamento Jurídico que ficasse anexo ao Diário Oficial. É obrigação da escola, a Lei foi publicada no Diário Oficial do Estado, então a escola tinha que ter essa obrigação. E também houve quem alegasse que seu Departamento Jurídico, segundo informaram algumas escolas, orientou o descumprimento.

## QUE AÇÕES FORAM TOMADAS QUANDO VISITARAM ESCOLAS DENUNCIADAS À ALERJ?

Após conversarmos com o diretor e informarmos que a escola estava descumprindo a Lei, avisávamos que, se insistisse naquilo, iríamos denunciá-la ao Ministério Público.

## A LEI PREVÊ A SIMULTANEIDADE E A INTEGRALIDADE DAS FÉRIAS NO MÊS DE JANEIRO. SABEMOS DOS BENEFÍCIOS PARA A CATEGORIA DOS PROFESSORES. MAS QUE BENEFÍCIOS ACREDITA QUE POSSA TRAZER PARA A SOCIEDADE?

Nossa preocupação foi tão grande com a necessidade do cumprimento que notificamos as escolas de que recebemos denúncia, mandamos uma carta registrada da Assembleia Legislativa, infor-

mando a escola que ela estava descumprindo a Lei e que iríamos fazer visitas e denunciar ao Ministério Público, caso ela insistisse nesse descumprimento. A sociedade tem um ganho muito grande, sobretudo pela melhoria da qualidade da Educação. E um outro elemento: os pais que têm filhos em mais de uma escola conseguem programar melhor as suas férias, porque os filhos vão voltar no mesmo período, eles podem ter certeza que de 1º a 31 de janeiro eles não voltarão às aulas. Quanto às creches, não tem problema nenhum. As creches e colônias de férias podem continuar funcionando contratando recreadores, não obrigando professor a ser recreador. Esse é um debate que a Lei está pautando e é fundamental. Há um ganho significativo, e o poder público tem sim o caráter de intervir junto à escola privada, quando esta escola não cumpre as obrigações evidentemente legais, como a qualidade da Educação, por exemplo.

## E JÁ QUE A LEI É ESTADUAL, RECEBERAM NOTÍCIAS DE OUTROS MUNICÍPIOS QUE NÃO O RIO DE JANEIRO?

Tivemos denúncias de escolas particulares de Queimados e o interessante é que a rede pública tanto estadual quanto as municipais que conseguimos investigar cumpriram o calendário. O problema foi exatamente nas redes particulares. Em algumas destas redes, tivemos um número considerável de descumprimento, mas não a maioria. Grande parte das escolas cumpriram a nova Lei, só as escolas que não têm zelo pela qualidade da Educação que não cumpriram.

Parabenizo o Sinpro-Rio, porque a iniciativa surgiu no Sindicato dos Professores, naqueles combativos militantes que, durante anos, lutaram para que as férias em janeiro fossem reais e garantidas. Isso mostra aos professores a importância de se militar no Sindicato, de sindicalizar-se ao Sinpro-Rio, porque só fortalece esse tipo de luta. E que fique para os outros estados a ideia, para que lá as férias escolares também sejam unificadas.

# ESCOLA DO PROFESSOR



No primeiro semestre de 2014 passaram pela Escola do Professor cerca de 2.130 docentes entre cursos de línguas, seminários e oficinas. Para o próximo semestre novas atividades já estão programadas. Em breve, você, professor sindicalizado ao Sinpro-Rio, receberá em sua casa o Guia de Programação, que já está disponível para download no QR Code ao lado.

Baixe aqui o Guia de Programação do Segundo Semestre de 2014



## Seminários

|                                         |                                       |                                                                             |
|-----------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| Desafios do ensino da ortografia        | Sábado, 27 de setembro das 9 às 13h30 | Colégio Pedro II - Rua São Francisco Xavier, 203 - Tijuca                   |
| Reflexão e prática na Educação Infantil | Sábado, 18 de outubro das 9 às 14h    | Colégio Ressurreição (Av. Gilka Machado nº 1529 - Recreio dos Bandeirantes) |

## Atividades

|                                           |                                          |                                                                       |
|-------------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Encontro com a escritora Luciana Sandroni | Quarta-feira, 8 de outubro das 18 às 20h | Sinpro-Rio Sede - Centro                                              |
| Evento musical Dorival Caymmi             | Sexta-feira, 7 de novembro às 19h        | Deguster Café -Rua Pedro Lessa, 35 – loja B (capacidade – 40 pessoas) |

## Oficinas e cursos para Educação Infantil e Ensino Fundamental I

|                                                                        |                                           |                                      |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------------|
| Números com vírgula e o sistema decimal                                | Sábado, 30 de agosto de 9 às 13h          | Sinpro-Rio Sede - Centro             |
| Brinquedos e brincadeiras - um olhar sobre os brinquedos populares     | Sábado, 6 de setembro das 9 às 13h        | Sinpro-Rio Sede - Centro             |
| Matemática: material dourado e as 4 operações                          | Sábados, 6 e 13 de setembro das 9 às 13h  | Sinpro-Rio Subsede – Barra da Tijuca |
| Artes na Primeira Infância                                             | Sábados, 13 e 20 de setembro das 9 às 13h | Sinpro-Rio Sede - Centro             |
| Dobraduras, espaço de criar, cantar e brincar                          | Sábado, 13 de setembro das 9 às 13h       | Sinpro-Rio Subsede – Campo Grande    |
| A língua inglesa na Educação Infantil                                  | Sábado, 20 de setembro das 9 às 13h       | Sinpro-Rio Subsede – Barra da Tijuca |
| Técnicas de contação de histórias de matriz africana e afro-brasileira | Sábado, 8 de novembro das 9 às 13h        | Sinpro-Rio Subsede - Madureira       |

ACOMPANHE PELO PORTAL DO SINPRO-RIO AS NOTÍCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

WWW.SINPRO-RIO.ORG.BR

## Seminário Dois Temas de Educação Infantil contribui para formação dos(as) professores(as)

No dia 24 de maio, o Sinpro-Rio promoveu o seminário “Dois temas de Educação Infantil”, no Instituto de Educação Carmela Dutra, em Madureira, com a presença dos palestrantes Aristeo Leite Filho e Joaquim Carlos de Paula.

Cerca de 100 professores e professoras assistiram as palestras, participaram das atividades práticas e tive-

ram oportunidade de esclarecer suas dúvidas com palestrantes e com os(as) diretores(as) do Sinpro-Rio Ana Lúcia Guimarães, José Praxedes, Vânio Lenzi, Mariza Muniz, Celeste Morgado e Walter Neiva.

Segundo os professores que participaram do evento, o objetivo do seminário - de contribuir para a formação dos professores e professoras - foi alcançado com sucesso, aprimorando seus conhecimentos.

Foto: Arquivo Sinpro-Rio



## Oficina no CEI reúne mais de 200 professores

Foto: Arquivo Sinpro-Rio



No dia 31 de maio, ocorreu, no CEI (Centro Educacional de Itaguaí), a oficina “Rodas de Brincar – Brinquedos e brincadeiras da cultura da infância” com os palestrantes Luis Vicente Barros de Melo e Marcela de Carvalho. O evento contou com a presença de 200 professores das redes pública e privada. As diretoras Águida Cavalcante, Maria do Céu Carvalho, Ana Regina e o diretor Fernando Magno também estiveram no evento recebendo os participantes.

“O brincar potencia o desenvolvimento, já que assim aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e, sobretudo, aprende a ser. Para além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção”, afirmou Luis Vicente.

Os(as) professores e professoras participantes puderam, ainda, vivenciar várias brincadeiras do mundo da criança pequena, enriquecendo assim sua prática pedagógica.

## NOTÍCIAS

## Eleições no Sinpro-Rio

**P**rofessor(a), em 2014, conforme o artigo 66 do Estatuto do Sinpro-Rio, teremos eleições para indicar a Diretoria do triênio 2014-2017. Esse processo gera uma grande mobilização na categoria e demanda uma maior responsabilidade para Diretoria, na organização, realização e zelo pela lisura dos preceitos estatutários que garantam uma eleição civilizada, transparente e digna da categoria.

Em obediência aos artigos 66 e 67 do Estatuto, foram estabelecidos as datas e os prazos do processo eleitoral, que indicará a Diretoria do Sinpro-Rio para o próximo mandato e indicou em reunião, no dia 09 de junho, à Comissão Eleitoral, a professora Anita de Fátima Gomes dos Santos e os professores Carlos Alberto Nascimento e Eduardo Gonçalves Serra.

É importante lembrar que esse é o momento no qual a sua participação, professor(a), votando, é a concretização do exercício democrático de expressão da vontade soberana da categoria em relação aos rumos que o Sindicato deverá seguir.

A participação maciça no pleito será o indicador da força da representatividade do Sindicato. Um Sindicato forte, para implementar as lutas específicas da categoria e da classe trabalhadora. Um Sindicato plural, com todos, por todos e para todos. Um Sindicato de 83 anos, com vigor e disposição de luta.

Nesse sentido, a Diretoria convoca todos(as) os(as) companheiros(as) a comparecerem às urnas nos dias 12, 13 e 14 de agosto, para indicar a Direção do Sindicato, para o triênio 2014-2017 e, desta forma, juntos, construirmos um Sindicato cada vez mais compromissado com a defesa das condições de trabalho e saúde do professor(a) e pelas lutas gerais da classe trabalhadora.

A Diretoria.

## Composição da Comissão Eleitoral

- Segundo o artigo 67 do Estatuto, “a Comissão Eleitoral será composta inicialmente de três associados, com mais de 2 anos de filiação e reconhecida idoneidade moral, indicados pela Diretoria do Sindicato e, posteriormente, por mais um representante de cada uma das chapas registradas.”

Em obediência a isso, a Diretoria do Sindicato indicou à Comissão Eleitoral a professora Anita de Fátima Gomes dos Santos e os professores Carlos Alberto Nascimento e Eduardo Gonçalves Guerra.

## Datas e prazos eleitorais

- As eleições serão realizadas nos dias **12, 13 e 14 de agosto de 2014.**
- Publicação do edital de convocação das eleições: **24 de junho de 2014.**
- Prazo para registro de chapas: **de 24 de junho a 08 de julho de 2014.**

## Candidatos e eleitores

- Para ser candidato(a), o professor ou professora deve ter se associado ao Sindicato até 23 de junho de 2013, e contar com mais de 2 anos ininterruptos na categoria.
- Para ser eleitor, o professor deve ter se associado ao Sindicato até 23 de dezembro de 2013 e estar em dia com suas mensalidades até o dia 13 de junho de 2014.

## Urnas

- As eleições se processarão através de urnas fixas e móveis. As fixas serão instaladas nas quatro sedes do Sindicato e em vários locais de trabalho de maior concentração de professores. As móveis terão como objetivo coletar os votos que estão espalhados pelos locais de trabalho de menor concentração.

Os colegas receberão, próximo ao período eleitoral, um jornal do Sindicato contendo a localização e o roteiro de todas as urnas, podendo o direito de voto ser exercido em qualquer uma delas.

## Veja quem compõe a Comissão Eleitoral

## Anita de Fátima Gomes dos Santos

- Associada ao Sinpro-Rio desde 1978. Participou da Diretoria do Sindicato entre 1981 e 2005. Professora de História formada em 1970 pela UFRJ. Professora da rede municipal desde 1974. Professora de escola particular desde 1971. Atualmente leciona no CEAT. Membro da Comissão Eleitoral no pleito passado.

## Carlos Alberto Nascimento

- Associado ao Sinpro-Rio desde 2007. Licenciatura em Física pela UERJ com Pós em Física pelo CBPF. Atualmente na Escola Parque Barra/Gávea, desde 1996. Ex-Coordenador do Ensino Médio e professor no Colégio Ipiranga. Também lecionou nos colégios GIMK, Israelita A.Liessin e Andrews.

## Eduardo Gonçalves Serra

- Associado ao Sinpro-Rio desde 1978. Professor da Escola Politécnica da UFRJ. Ex-professor do Ibeu, ex-vice-diretor da Escola Politécnica da UFRJ e já lecionou no Bennett, São Vicente, Instituto Ort, A. Liessen.

## Insaes é aprovado na Comissão de Finanças e Tributação

**F**oi aprovado, na quarta-feira, 7, pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o Projeto de Lei 4.712/2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior (Insaes). Trata-se de uma conquista fundamental para assegurar ao Estado condições de exercer seu papel de zelar pela qualidade da educação, tanto pública quanto privada, essencial para um projeto de desenvolvimento e soberania nacional.

Depois de uma longa tramitação, que a Contee acompanhou de perto desde o início, atuando junto aos parlamentares em defesa do Insaes, foi aprovado na íntegra o parecer do relator, João Magalhães (PMDB-MG), o

qual manteve todos os pontos cruciais da matéria. A proposta segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, para o Senado.

A Comissão de Finanças e Tributação ainda rejeitou, na quarta-feira, os cinco destaques de bancadas feitas pelo PSDB, pelo DEM e pelo partido Solidariedade (por acordo, os destaques individuais não foram votados). O primeiro, do DEM, pretendia retirar a palavra “supervisionar” do rol de prerrogativas do Insaes, mas foi derrotado por 16 votos a três. Pelo mesmo placar foi derrotado o segundo destaque, apresentado pela bancada tucana, o qual atacava, por sua vez, o artigo 3º do PL, considerado o coração da matéria, por elencar todas as competências do Insaes.

O inciso XII desse mesmo artigo também foi alvo do SDD, que pretendia retirar do texto a prerrogativa de que o novo órgão de “aprovar previamente aquisições, fusões, cisões, transferências de manutenção, unificação de mantidas ou descredenciamento voluntário de Instituições de Educação Superior integrantes do sistema federal de ensino”. A rejeição do destaque por 16 votos a quatro é ressaltada pela Contee como um triunfo da campanha contra a financeirização da educação, uma vez que garante que transações financeiras no setor sejam obrigadas a ter uma autorização prévia do Insaes – e, por conseguinte, do próprio Ministério da Educação – para serem concretizadas, a fim de que sejam mantidas as mes-

mas condições de oferta dos cursos e instituições na época de sua avaliação. Para a Contee, esse sempre foi um dos pontos-chave do projeto.

O quarto destaque, do DEM, pedia a supressão dos dispositivos que tratam da taxa de avaliação in loco e foi derrotado por 13 votos a oito. Por fim, o último destaque, do PSDB, que questionava o artigo 9º, o qual dispõe sobre o quadro de pessoal da autarquia, foi rejeitado por 16 votos a sete.

A Contee enfatiza que a vitória é fruto de uma atuação intensa da Confederação e de toda a categoria de trabalhadores do setor privado e representa um significativo avanço na batalha contra a transformação do ensino em mercadoria.

Fonte e informações: Contee.

## NOTÍCIAS

# Educadores criticam destinação de recursos do PNE para o setor privado

Aprovado pelo Congresso Nacional, o PNE (Plano Nacional de Educação) aguarda sanção da presidente Dilma Rousseff. Para as entidades que atuaram pela aprovação da proposta, e participaram dos debates durante sua tramitação no Congresso, o plano representa um avanço importante para o país, no entanto, criticam algumas mudanças no texto final que passou no Legislativo, principalmente a que determinou a transferência de recursos da União para o setor privado. Também são contra as políticas de estímulo às escolas que melhor pontuarem no Ideb.

O PNE tramitou durante quatro anos na forma do Projeto de Lei 8035/2010, e define os rumos e metas da educação brasileira para os próximos dez anos. Entre os objetivos estão a melhora dos índices educacionais do país, estimulando a superação das desigualdades regionais no setor, a erradicação do analfabetismo absoluto e elevar a participação dos jovens brasileiros em universidades de 15% para 33%. Foram estipuladas para isso 20 metas, entre as quais os comemorados 10% do PIB (Produto Interno Bruto) que serão destinados para a educação até o final da aplicação do plano, em 2024.

É justamente o destino final destes recursos da União que está a mais ferrenha crítica ao texto aprovado no Congresso. Uma parte dos 10% serão destinados também a instituições privadas que fazem parte de parcerias público-privadas que concedem bolsas de estudo através de programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos), o Fies (Programa de Financiamento do Ensino Superior), o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e do Ciências sem Fronteiras, além de creches e pré-escolas conveniadas.

“Não podemos contabilizar na meta o que não é repassado exclusivamente para instituições públicas. Os cálculo de 10% do PIB partem do pressuposto da exclusividade do investimento público em educação pública”, diz Daniel Cara, coordenador-geral da CNDE (Campanha Nacional pelo Direito à

Educação), uma articulação de grupos e entidades que lutam por uma maior e melhor oferta de educação pública no país. A campanha esteve presente na Coneb (Conferência Nacional de Educação Básica), em 2008, e na Conae (Conferência Nacional de Educação), em 2010, em que várias das propostas do plano foram construídos.

Segundo cálculos da CNDE, com a destinação de recursos feita também às instituições privadas, os números efetivos dedicados às escolas e universidades públicas será de 8%. “Quando começamos com menos de 10%, já colocamos em risco esta meta, uma das mais importantes aprovadas no plano”, argumenta Cara.

A inserção do setor privado no texto final do PNE ocorreu no Senado Federal, foi incorporada pelo relator do projeto na Câmara dos Deputados, Angelo Vanhoni (PT-PR), e é considerada uma vitória dos empresários da educação. “O plano como um todo é uma vitória da sociedade civil, o texto foi aprimorado com sua ajuda, que foi muito ativa. Mas este ponto específico representa uma vitória do setor empresarial, que quer cada vez mais dinheiro e menos regulação por parte do estado.”

Vanhoni defendeu a rejeição do destaque reivindicado pelos movimentos, e afirmou que há dinheiro suficiente nos 10% do PIB para melhorar o ensino público e pagar as parcerias privadas. “Dez por cento são mais do que o suficiente para a realização de todo o Plano Nacional de Educação”, afirmou à Agência Câmara.

A CNTE e a CNDE admitem que iniciativas como o Fies, o ProUni e o Pronatec são essenciais para a democratização do acesso à educação no país, mas é preciso fazer uma distinção clara entre o investimento na esfera pública daquele que é realizado pelo setor privado.

## Meritocracia distorcida

A CNDE está à frente de uma campanha que pede o veto presidencial ao parágrafo 4º do artigo 5º do PNE, que

institui o financiamento público também para as instituições privadas conveniadas, e também da estratégia 7.37, que define políticas de estímulo a escolas que tiverem melhor desempenho no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), prova que funciona como medidor de qualidade e aproveitamento dos alunos da educação básica brasileira.

“Essa estratégia cria uma situação de competição maluca entre as escolas com a política de bônus, além de contrariar a política salarial e criar uma discriminação entre as escolas, incentivar aquela que for bem na prova é incentivar desigualdade”, comenta Leão.

O coordenador-geral da CNDE lembra que é esta uma medida que conta com apoio de fundações empresariais que atuam no Brasil, mas que vem sendo revogada nos países mais desenvolvidos – na área educacional – do mundo, por ser uma política contraproducente à qualidade da educação. “Isso já foi revogado em outros países e cidades que haviam implementado a estratégia, como Nova York, Chicago, e há um trabalho sendo feito neste sentido no Reino Unido também. O Brasil assume essa política com atraso e que agora se comprova ineficaz nos países centrais em política de educação.”

A UNE (União Nacional dos Estudantes) apoia a campanha do CNTE pelo veto aos destaques que tratam do financiamento às instituições privadas e às políticas de estímulo às escolas que melhor pontuarem no Ideb. “Acredito que esta campanha é uma tentativa de aperfeiçoar o plano. Não conseguimos uma maioria no Congresso quanto a isso, mas acreditamos que a aprovação do plano representa grande vitória de toda a sociedade”, diz a presidente da UNE, Virgínia Barros.

## Avanços

Apesar das críticas, o PNE é elogiado pelas entidades. A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação), por exemplo, vê com

otimismo as metas gerais colocadas pelo PNE, principalmente a que diz respeito à valorização do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Atualmente o salário dos professores de educação básica é 33% menor que a dos demais profissionais com formação equivalente e mesma jornada.

“Esta é uma meta completamente exequível e muito importante. Outras metas também tratam da necessidade de se cumprir o piso salarial e colocam até 2024 90% dos professores da rede pública como concursados. Hoje a situação empregatícia de muitos destes professores é aviltante, eles vivem praticamente um subemprego”, afirma o presidente da CNTE, Roberto Leão.

Mas um dos avanços mais comemorados no texto do PNE pelas entidades que lutam pelo direito à educação pública de qualidade é o CAQ (Custo Aluno Qualidade), que define que caberá à União a complementação de recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios que não conseguirem atingir a um valor mínimo gasto por aluno, para garantir um padrão mínimo de qualidade.

“É uma medida fundamental porque garante a qualidade da educação e equidade no ensino oferecido nos municípios mais ricos e mais pobres”, defende Cara. Para a CNTE, a responsabilidade da União na complementação de recursos se revela importante na superação das desigualdades regionais.

A UNE, que também participou das conferências em que foram construídas propostas e da tramitação do PNE no Congresso, considera que o plano é uma vitória e um marco histórico para a sociedade brasileira. “É uma vitória da valorização da educação pública sobre a privada. Houve prioridade de abertura de vagas e de investimentos no setor público, o que representa uma mudança muito significativa na história da educação brasileira”, afirma Virgínia.

Fonte e informações: UOL Educação.

## FÓRUM PERMANENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Veja a agenda do Fórum no portal do Sinpro-Rio e participe!



**SEDE CENTRO**  
Rua Pedro Lessa, 35 • 2º, 3º, 5º e 6º andares  
Tel. (21) 3262-3400  
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

**SUBSEDE • CAMPO GRANDE**  
Rua Manai, 180  
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768  
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br

**SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA**  
Av. das Américas, 5.777 • salas 202 e 208 a 211  
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109 • 2497-3710  
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

**SUBSEDE • MADUREIRA**  
Rua Carolina Machado, 530 • salas 210, 211 e 212  
Tel. (21) 3350-6233 • 3350-6255 • 3350-6149  
e-mail: madureira@sinpro-rio.org.br



**SinproRio**  
Sindicato dos Professores do Município  
do Rio de Janeiro e Região